

**DESENVOLVIMENTISMO, MODERNIDADE E
TEORIA DA DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA¹**

Ramón Grosfoguel²

Resumo: Os dependentistas latino-americanos produziram um conhecimento que criticou os pressupostos eurocêntricos dos cepalistas, incluindo as teorias marxistas ortodoxas e as norte-americanas sobre modernização. A crítica da escola dependentista acerca do “estagismo” (ou teoria dos dois estágios)³ e do Desenvolvimentismo foi uma intervenção importante que transformou o imaginário de debates intelectuais em muitas partes do mundo. No entanto, vou argumentar que muitos dependentistas ainda ficaram presos no desenvolvimentismo e, em alguns casos, até mesmo no estagismo, que eles estavam tentando superar. Além disso, embora a crítica dependentista do estagismo tenha sido importante para a “negação da coetaneidade” que Johannes Fabian (1983) descreve como central para construções eurocêntricas da “alteridade”, alguns dependentistas substituíram-na por novas formas de negação da coetaneidade. A primeira parte deste artigo discute a ideologia desenvolvimentista e o que eu chamo de “feudalmanía” como parte da *longue durée* da modernidade na América Latina. A segunda parte discute o desenvolvimentismo dos dependentistas. A terceira parte é uma discussão crítica da versão de Fernando Henrique Cardoso acerca da teoria da dependência. Finalmente, a quarta parte discute o conceito dependentista de cultura.

Palavras-chave: Teoria da dependência. Desenvolvimentismo. América Latina. Modernidade.

Developmentalism, Modernity, and Dependency Theory in Latin America

Abstract: The Latin American dependentistas produced a knowledge that criticized the Eurocentric assumptions of the cepalistas, including the orthodox Marxist and the North American modernization theories. The dependentista school critique of stagism and developmentalism was an important intervention that transformed the imaginary of intellectual debates in many parts of the world. However, I will argue that many dependentistas were still caught in the developmentalism, and in some cases even the stagism, that they were trying to overcome. Moreover, although the dependentistas’ critique of stagism was important in denying the “denial of coevalness” that Johannes Fabian (1983) describes as central to Eurocentric constructions of “otherness,” some dependentistas replaced it with new forms of denial of coevalness. The first part of this article discusses developmentalist ideology and what I call “feudalmanía” as part of the *longue durée* of modernity in Latin America. The second part discusses the dependentistas’ developmentalism. The third part is a critical discussion of Fernando Henrique Cardoso’s version of dependency theory. Finally, the fourth part discusses the dependentistas’ concept of culture.

Keywords: Dependency theory. Developmentalism. Latin America. Modernity.

¹ Tradução para o Português: Marcos de Araújo Silva. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

² Professor da Universidade de Berkeley. grosfogu@berkeley.edu

³ A teoria dos dois estágios (ou “estagismo”) foi uma teoria política marxista que argumentou que os países subdesenvolvidos deveriam primeiro passar por uma fase de democracia burguesa antes de passar para a etapa socialista.

1 A ideologia desenvolvimentista e a Feudalmanía como parte da ideologia da modernidade na América Latina

Há uma tendência para apresentar os debates de desenvolvimento pós-1945 na América Latina como algo sem precedentes. A fim de distinguir continuidade de descontinuidade, devemos colocar os debates de desenvolvimento do período 1945-1990 no contexto da *longue durée* da história latino-americana. Os debates sobre desenvolvimento nos anos 1945-1990 na América Latina, embora aparentemente radicais, na verdade fazem parte da *longue durée* da geocultura da modernidade que tem dominado o sistema-mundo moderno desde a Revolução Francesa no final do século XVIII. Antes que eu possa elaborar este ponto melhor, devo, no entanto, esclarecer alguns pontos históricos e conceituais. A ideia de que qualquer coisa nova seja necessariamente boa e desejável, desde que vivemos em uma era de progresso, é fundamental para a ideologia da modernidade (WALLERSTEIN, 1992a, 1992b). Esta ideia pode ser traçada desde o Iluminismo do século XVIII, que afirmava a possibilidade de uma reforma racional e consciente da sociedade, a ideia de progresso, e as virtudes de ciência batendo de frente com a religião.

A ideia moderna que tratava cada indivíduo como um sujeito centrado e livre com controle racional sobre seu destino foi estendida ao nível do Estado-nação. Cada Estado-nação era considerado soberano e livre para controlar racionalmente o seu desenvolvimento progressivo. Ulteriores elaborações dessas idéias pela economia política clássica produziu as razões responsáveis pela emergência de uma ideologia desenvolvimentista. O desenvolvimentismo está ligado à ideologia liberal e com a ideia de progresso. Por exemplo, uma das questões centrais abordadas pelos economistas políticos era como fazer para aumentar a riqueza das nações. Diferentes prescrições foram recomendadas por diferentes economistas políticos, ou seja, alguns falavam de livre comércio e outros de “neomercantilismo”. Apesar de suas divergências políticas, todos eles acreditavam no desenvolvimento nacional e no progresso inevitável do Estado-nação através da organização racional da sociedade. O principal ponto de discórdia foi a forma de garantir mais riqueza para o Estado-nação. De acordo com Immanuel Wallerstein,

Esta tensão entre a uma postura basicamente protecionista contra uma postura de livre comércio tornou-se um dos principais temas de formulação das políticas nos diversos estados do sistema-mundo no século XIX. Muitas vezes, era a questão mais importante que dividiu as principais forças políticas de Estados particulares. Ficou

claro, então, que um tema ideológico central da economia-mundo capitalista era que cada Estado poderia, de fato, eventualmente e provavelmente, chegar a um elevado nível de rendimento nacional e que a ação consciente, racional faria isso. Isso se encaixa muito bem com o tema do Iluminismo subjacente do progresso inevitável e a visão teleológica da história humana, que se tornou vigente. (1992a, 517)

Desenvolvimentismo tornou-se uma ideologia global da economia-mundo capitalista. Na periferia latino-americana, essas idéias foram apropriadas no final do século XVIII pelas elites crioulas espanholas, que lhes adaptaram às suas próprias agendas de interesses. Como a maioria das elites estavam ligadas, ou faziam parte, da classe dos latifundiários, que produziam bens através de formas coercitivas de trabalho para vender e lucrar no mercado mundial, elas eram muito ecléticas na sua seleção acerca de quais ideias iluministas desejariam utilizar. Livre comércio e soberania nacional foram idéias que estas elites defendiam como parte de suas lutas contra o monopólio do comércio colonial espanhol. No entanto, por razões raciais e de classe, as ideias modernas sobre liberdade individual, direitos do homem, e igualdade foram subestimadas. Não houve grandes transformações sociais das sociedades latino-americanas após as revoluções de independência da primeira metade do século XIX. As elites crioulas não alteraram as formas não-capitalistas e coloniais de trabalho forçado, bem como as hierarquias raciais/étnicas. As elites brancas crioulas mantiveram, após as suas independências, uma hierarquia racial onde índios, negros, mestiços, mulatos e outros grupos racialmente oprimidos foram localizados nas partes mais inferiores. Isto é o que Aníbal Quijano (1993) chama de "colonialidade do poder".

Durante o século XIX, a Grã-Bretanha tornou-se o novo poder central e o novo modelo de civilização. As elites crioulas norte-americanas estabeleceram uma oposição discursiva entre o "atraso, o obscurantismo e o feudalismo" espanhol e a "avançada, civilizada e moderna" nação da Grã-Bretanha. Leopoldo Zea, parafraseando José Enrique Rodó, chamou isso de nova "nortemania" (*nordomanía*), isto é, a tentativa das elites crioulas de perceber novos "modelos" do Norte, que iriam estimular o livre comércio e o desenvolvimento, enquanto permitiriam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de novas formas de colonialismo (ZEA, 1986, p.16-17). A caracterização do século XIX subsequente pelas elites crioulas da América Latina como "feudal" ou em um "estágio" obtuso serviu para justificar a subordinação da América Latina para os novos senhores do Norte e é parte do que eu chamo de "feudalmanía", que continuaria ao longo do século XX.

Feudalismo foi um dispositivo de "distanciamento temporal" (FABIAN, 1983) que visou produzir um conhecimento que negava a coetaneidade entre a América Latina e os chamados países europeus avançados. A negação da coetaneidade criou um duplo mecanismo ideológico. Primeiro, ele escondeu a responsabilidade europeia na exploração da periferia latino-americana. Por não compartilhar o mesmo tempo histórico e existente em diferentes espaços geográficos, os destinos de cada região foram concebidos como independentes entre si e não relacionados uns com os outros. Em segundo lugar, vivendo diferentes temporalidades, em que a Europa era caracterizada como estando num estágio mais avançado de desenvolvimento do que a América Latina, foi reproduzida uma noção da superioridade europeia. Assim, a Europa foi o "modelo" para imitar e o objetivo desenvolvimentista era "agarrá-lo." Isso está bem evidente na dicotomia *civilização/barbarismo* visto em figuras como Domingo Faustino Sarmiento na Argentina.

O uso de ideias econômicas neomercantilistas e liberais permitiu que as elites ibero-americanas do século XIX oscilassem entre posturas protecionistas e de livre comércio, dependendo das flutuações da economia mundial. Quando eles estavam se beneficiando em produzir exportações agrárias ou minerais na divisão internacional do trabalho dominado na época pelo imperialismo britânico, as teorias econômicas liberais lhes forneciam a justificativa racional para o seu papel e os seus objetivos. Mas quando a concorrência estrangeira ou de uma crise econômica mundial estava afetando suas exportações para o mercado mundial, eles mudaram a produção para os mercados internos e adotaram argumentos neomercantilistas para justificar políticas protecionistas. No Chile, na Argentina e no México, havia argumentos nacionalistas neomercantilistas e econômicos que anteciparam muitos dos argumentos desenvolvidos cem anos depois pela escola Prebisch-CEPAL⁴ e por alguns dos dependentistas (POTASCH, 1959; FRANK, 1970; CHIARAMONTE, 1971).

Por exemplo, o debate desenvolvimentista da década de 1870 foi o debate econômico mais importante na Argentina durante o século XIX e um dos mais importantes da América Latina. Foi proposto um plano de desenvolvimento industrial através de políticas protecionistas e neomercantilistas. Este movimento foi liderado por um professor de economia política na Universidade de Buenos Aires e membro da Câmara dos Deputados,

⁴ CEPAL foi a Comissão Econômica para América Latina (conhecida em inglês como ECLA, *Economic Commission for Latin America*) criada pelas Nações Unidas em 1948. Raúl Prebisch foi um economista argentino, primeiro diretor da CEPAL, e principal teórico da primeira escola de pensamento econômico na periferia, conhecida mundialmente como a "Escola Prebisch-CEPAL" (GROSFOGUEL, 1997).

Vicente F. López. O grupo de López foi apoiado pelos latifundiários, artesãos, camponeses e capitalistas industriais incipientes. Embora todos eles fossem protecionistas, nem todos eram nacionalistas econômicos. A posição protecionista dos latifundiários se consolidou nos anos de 1866 a 1873 e ocorreu em virtude das crises econômicas mundiais de então, que fizeram com que os preços de exportação da lã, principal item de exportação da Argentina na época, ficassem negativamente afetados. Assim, López promoveu o desenvolvimento de uma indústria nacional de tecidos como uma solução transitória para a depressão mundial. Este movimento terminou alguns anos depois, uma vez que os produtores de lã deslocaram-se para a criação de gado e para as exportações de carne.

No entanto, o grupo de deputados liderados por López desenvolveu argumentos nacionalistas, neomercantilistas e econômicos que anteciparam muitos dos argumentos desenvolvidos cem anos depois pela escola Prebisch-CEPAL e por alguns dos dependentistas. Influenciado pela última geração romântica argentina na década de 1830 (por exemplo, Juan Bautista Alberdi e Esteban Echevarria), López defendeu uma abordagem historicista/ideográfica contra o universalismo dos economistas liberais (CHIARAMONTE, 1971, p. 128-29, p. 133-34). De acordo com López, a ideia do livre comércio não é um princípio absoluto, mas a sua aplicação depende das condições particulares de cada país. Se o livre comércio estava sendo benéfico para o desenvolvimento industrial de países estrangeiros, no caso argentino, onde diferentes estruturas industriais e econômicas estavam presentes, o livre comércio não era uma solução. Na primeira fase do desenvolvimento industrial, as indústrias precisam de proteção contra a concorrência estrangeira.

Enquanto um membro do grupo dos protecionistas, Lucio V. López, disse em 1873: "*É um erro acreditar que a economia política oferece e contém princípios imutáveis para todas as nações*" (CHIARAMONTE, 1971, p. 129-30). Esta crítica da abordagem nomotética/universalista dos intelectuais do núcleo do Estado é ainda mais forte na tese de um dos discípulos de Vicente F. López, Aditardo Heredia, que atacou certas concepções sociais dos intelectuais europeus caracterizando-as como sendo a-históricas e metafísicas. Heredia criticou em particular os pensadores iluministas europeus por aspirarem desenvolver uma ciência social norteada por princípios universais e inflexíveis, semelhante a teoremas geométricos ou fórmulas algébricas, sem atenção para as condições históricas particulares de cada nação (p. 130). Carlos Pellegrini, um dos principais deputados protecionistas, disse em 1853 que as belas deduções de Adam Smith não deram a devida atenção a um aspecto que

influencia todas as instituições humanas: o tempo (p. 133). Ou seja, tal debate foi um clássico confronto nomotético-idiográfico. Os estudiosos argentinos se opuseram a uma teoria baseada sobre um conceito de tempo/espaço eterno e para isso, lançaram mão de argumentos mais particularistas e historicistas.

A originalidade de seus argumentos foi o de articular uma política econômica em apoio a um projeto de industrialização nacionalista na periferia da economia mundial e identificar as relações com a Inglaterra como parte da fonte de subdesenvolvimento da Argentina. O nacionalismo econômico de Vicente F. López e seu grupo fez uma crítica das relações dependentes da Argentina com a Inglaterra e outros centros europeus já na década de 1870 (CHIARAMONTE, 1971, p. 192-93). Em relação a este ponto, podemos citar as seguintes declarações feitas por este grupo protecionista, que pode mostrar algumas semelhanças com certas posições que alguns CEPAL-dependencistas fizeram cem anos mais tarde:

É muito bonito . . . falar de livre comércio. . . esta palavra liberdade. . . é tão bonita ! Mas devemos entender a liberdade.

Para o Inglês, que favorece o livre comércio, a liberdade é permitir que as fábricas inglesas fabriquem produtos estrangeiros, para permitir que o comerciante Inglês venda o produto estrangeiro. Este tipo de liberdade transforma o resto do mundo em países tributários, enquanto a Inglaterra é o único país que goza de liberdade, o restante são nações tributárias, mas eu não entendo o livre comércio desse modo. Pelo livre comércio entendo troca de produtos acabados por produtos acabados. O dia em que nossa lã possa ser exportada não na forma de matéria-prima, mas sim como um sobretudo acabado em troca de agulhas de ferro da Inglaterra ou cordas de relógio, então eu iria aceitar falar de livre comércio, ou seja, um produto final de nosso país por um produto acabado, da Inglaterra. Mas se o livre comércio consiste no envio de nossa lã. . . para a Inglaterra poder lavá-lo (quando falo de Inglaterra, eu também quero dizer a Europa e o resto do mundo) , fabricá-lo e nos vender através de comerciantes ingleses, trazidos em navios ingleses e vendidos por agentes ingleses, eu não entendo; este não é o livre comércio, isto está tornando um país que não possui esta indústria em um país afluente. Assim, vamos seguir o caminho do protecionismo, uma vez que, se olharmos para a história dos países fabricantes, vamos descobrir que o seu progresso é devido ao protecionismo. (Discurso do Ministro das Finanças Rufino Varela na legislatura em 1876, citado em Chiaramonte, 1971, p. 182-83).

No Parlamento Inglês, um dos ilustres defensores do livre comércio, disse que ele permitiria, se mantivesse a sua doutrina, fazer da Inglaterra a fábrica do mundo e da América a fazenda da Inglaterra. Ele disse algo muito verdadeiro. . . que em grande parte tem sido realizado, porque na verdade somos e seremos por muito tempo, se não resolvermos este problema, a fazenda das grandes nações industriais. (Discurso de Carlos Pellegrini na Câmara dos Deputados em 1875, p. 189)

É impossível ser independente quando um país não é autossuficiente, quando não tem tudo o que precisa para consumir. . . . Eu sei bem quais são as soluções para isso: eles devem ter capital para nos pagar pela elaboração de produtos e sua adaptação ao consumo. Só desta forma, o país pode ter independência e crédito e ser

salvo por meio de seus próprios esforços. (Discurso de Vicente F. López na Câmara dos Deputados em 1875; p. 27)

Tem sido reconhecido que a independência política não pode existir sem que exista também uma independência industrial e mercantil. (Discurso de um deputado protecionista em 1874, p. 192)

(Não é imprescindível) ser permanentemente dependente do capital estrangeiro... Eu sou completamente contrário ao estabelecimento de empresas com capital estrangeiro. (Deputado Seeber em 1877; p. 185)

Embora este grupo nacionalista estivesse questionando os princípios da economia política liberal tradicional e a localização da Argentina dentro da divisão mundial do trabalho (CHIARAMONTE, 1971, p. 193), é importante indicar que eles estavam comprometidos com um liberalismo nacionalista. Eles defendiam o protecionismo como um cenário transitório, embora necessário para dirigir o país em direção ao liberalismo econômico. Eles criticavam os defensores da doutrina do livre-mercado, porque esta política mantinha a subordinação da Argentina em relação à Inglaterra. Eles pretendiam restringir momentaneamente a plena implantação do liberalismo econômico como um meio de alcançá-lo mais tarde: as indústrias recém-criadas precisavam de proteção, mas uma vez que elas tivessem crescido, a noção de “mercados livres” deveria ser incentivada (p. 191). Esta doutrina é muito próxima das do economista político alemão Frederich List e do norte-americano Casey, que também promoveram o protecionismo contra a Inglaterra como um estágio de desenvolvimento necessário. No entanto, embora os seus nomes fossem mencionados diversas vezes durante o debate parlamentar da década de 1870, a influência dominante sobre os protecionistas argentinos em 1870 veio de sua própria tradição intelectual (p. 134-35). Em suma, eles estavam comprometidos com o desenvolvimento capitalista nacional através da formação de uma burguesia industrial local.

Outros países da América Latina, como o México (POTASCH, 1959) e o Chile (FRANK, 1970) tiveram debates semelhantes durante o século XIX. Provavelmente, o caso mais extremo de debates sobre os termos de livre-comércio e protecionismo foi o do Paraguai durante o século XIX, onde um regime protecionista liderada pelo Dr. Francia e pela família López foi destruído por uma intervenção militar do Brasil, Uruguai e Argentina, auxiliado pelos britânicos, para instalar um regime de livre comércio. Seis de cada sete homens paraguaios foram mortos na Guerra da Tríplice Aliança. Esta guerra foi um momento decisivo para o triunfo da doutrina de livre-comércio, que dominou na América Latina durante o século XIX, o período de hegemonia britânica. Capitalistas agrários e ligados à mineração lucraram

com a venda de matérias-primas em geral ou commodities agrícolas em particular para os britânicos, de quem compravam produtos manufaturados, ao invés de tentar competir com eles por meio da industrialização.

Até o final do século XIX, o evolucionismo de Herbert Spencer e o cientificismo comtiano uniram forças para formar a versão latino-americana do Positivismo, que forneceu a justificativa ideológica tanto para a subordinação econômica ao “império do livre comércio”, quanto da dominação política das ditaduras “ordem e progresso”. Cientificismo, progresso, verdade, propriedade, estagismo evolutivo, e ordem eram todos temas do Iluminismo reproduzidos por Auguste Comte através do positivismo e de doutrinas evolucionistas de Spencer. Eles eram utilizados, tanto na periferia latino-americana para justificar a penetração de investimentos de capital estrangeiro, quanto para promover o liberalismo econômico contra o “atraso” e o “feudalismo”. O estagismo evolutivo, o progresso inevitável, e o otimismo em relação à ciência e à tecnologia, foram combinados para formar uma visão teleológica da história humana, que fortaleceu as bases da ideologia desenvolvimentista. Como um resultado das invasões militares dos EUA na região, tivemos a revolução mexicana, em 1910, e a desilusão com o liberalismo durante a Primeira Guerra Mundial: esses processos fomentaram que uma nova onda de nacionalismo surgisse entre as elites latino-americanas. Mais uma vez, após a Primeira Guerra Mundial, houve um questionamento radical do liberalismo econômico, desta vez focado contra a nova hegemonia dos Estados Unidos da América na região.

Os nacionalistas promoveram políticas protecionistas e de intervenção do Estado, enquanto os positivistas defenderam políticas de livre mercado. No entanto, entre a ideologia nacionalista dos revolucionários mexicanos e o positivismo da ditadura de Porfirio Díaz, houve mais continuidades do que são comumente aceitas. Ambos promoveram a ideologia da feudalmania e acreditavam que a implantação das políticas adequadas moveria o país para longe do seu atraso e em direção ao progresso. Assim, o nacionalismo e o positivismo defenderam uma crença nos ideais de progresso e ciência e também no controle/desenvolvimento da economia nacional, através de um Estado-nação forte e racional. Ambos compartilhavam uma ideologia desenvolvimentista. Cada um fez o seu uso particular das representações da feudalmania de regimes passados, tais como “atrasado” e “bárbaro”, para ganhar legitimidade.

Debates semelhantes surgiram a partir das experiências revolucionárias que aconteciam no mundo na década de 1910, antecipando-se, mais uma vez alguns dos

argumentos desenvolvidos nos debates do período pós-1945. O mais importante foi aquele entre Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui no Peru durante a década de 1920. A influência das idéias marxistas após a Revolução Russa definiu os termos do debate. Desta vez, a problemática do desenvolvimento foi centrada em torno do caráter da revolução. A crença na aceleração dos processos históricos para o progresso através de levantes revolucionários poderia ser encontrado em elites latino-americanas desde o século XIX (VILLEGAS, 1986, p. 95). Mas foi o leninismo do século XX, que popularizou a ideia de uma revolução racional iluminada por uma teoria científica e implementada por um partido revolucionário.

Tanto Haya de la Torre, quanto Mariátegui, reproduziram alguns dos conceitos liberais favoritos do século XIX (por exemplo, o caráter feudal do Peru), mas com um tempero marxista. A revolução foi um meio radical para alcançar o projeto da modernidade: o desenvolvimento nacional, um controle racional da sociedade através de uma teoria científica (marxismo), a erradicação da ignorância e do atraso "feudal". Eles condenaram a classe dos latifundiários, favorecendo e difundindo a reforma agrária e a industrialização como uma solução para o Peru.

Haya de la Torre, aplicando sua versão particular do marxismo, concluiu que o capitalismo na América Latina não seguiu a mesma trajetória que ele teve na Europa, devido ao atraso "feudal", criado por séculos de colonialismo espanhol. Se o imperialismo foi o último estágio do capitalismo na Europa, ele foi apenas a primeira etapa na América Latina. Assim, a revolução Aprista⁵ se preocupou em buscar a constituição de um capitalismo nacionalista, anti-imperialista e que estivesse aliado a uma burguesia independente e liderada pela pequena burguesia (VILLEGAS, 1986, p. 96-97). Devido à fraqueza da burguesia nacional, propôs-se então a necessidade de um Estado fortemente anti-imperialista e intervencionista para liderar o desenvolvimento econômico.

Mariátegui acreditava que o latifúndio feudal e as relações capitalistas faziam parte de um único sistema capitalista internacional, opondo-se assim ao dualismo de Haya (QUIJANO, 1981; VANDEN, 1986). Dessa forma, não poderia existir um padrão progressista de capitalismo no Peru. O capitalismo, enquanto um sistema, não permitiria o desenvolvimento de um capitalismo nacional independente. Além disso, o capitalismo

⁵ Relativa à APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana). Foi o partido fundado por Victor Raúl Haya de la Torre no Peru.

internacional estava ligado e reproduzia as relações pré-capitalistas, no Peru. Esta foi a primeira tentativa na América Latina de romper com a negação da coetaneidade dentro da tradição marxista. Ao invés de caracterizar formas semifeudais de trabalho como parte de um modo da produção "atrasado" e "subdesenvolvido", Mariátegui lhes conceituou como formas que foram produzidos pelo sistema capitalista internacional. Nessa conceituação, formas semifeudais não são um resíduo do passado, mas uma forma de trabalho do sistema capitalista mundial.

Mariátegui propôs uma revolução socialista como a única solução para o subdesenvolvimento do Peru. Foi através dos índios *ayllu* (propriedade comunal) que o Peru poderia “pular” a fase capitalista e fazer uma transição direta de formas feudais para o socialismo. Esta revolução deveria ser organizada por uma ampla aliança entre os trabalhadores, camponeses e os intelectuais revolucionários liderados por um partido proletário. A chamada burguesia nacional não teve nenhum papel revolucionário neste cenário. Este debate voltaria a reaparecer em termos bastante semelhantes entre alguns partidos comunistas e dependentistas intelectuais durante os anos 1960 e 1970. O debate Haya-Mariátegui teve profundos efeitos sobre as posições dependentistas e nos programas políticos de vários partidos políticos na América Latina.

Em suma, as opções desenvolvimentistas contemporâneas entre o livre comércio e o protecionismo têm uma longa história na América Latina. Estes debates têm surgido várias vezes nos últimos 200 anos, com diferentes programas e projetos políticos. A escola dependentista era uma versão radical do programa protecionista na América Latina. A solução para a dependência era se desvincular do sistema capitalista mundial e organizar uma sociedade socialista isolada da influência e controle do capitalismo metropolitano. Como discutiremos a seguir, a escola dependentista reproduziu uma versão particular da ideologia desenvolvimentista. Não é preciso dizer que os temas desenvolvimentistas do século XIX continuam ainda muito presentes nos dias de hoje.

2 Dependentismo e Cepalismo: mesmas pretensões desenvolvimentistas?

Três importantes acontecimentos da década de 1960 forneceram o contexto social para o surgimento da escola da dependência: (1) a crise da estratégia de substituição das importações pela industrialização (SII) na América Latina, (2) a Revolução Cubana, e (3) a

concentração de uma importante geração de exilados intelectuais de esquerda em Santiago, devido à onda de golpes militares que começaram em 1964 com o golpe brasileiro.

Primeiro, a crise da substituição das importações pela industrialização iniciou um debate que questionou alguns dos princípios sagrados da escola CEPAL. Todos os problemas que a estratégia de SII se propôs a resolver tinham sido agravados. Ao invés de importar bens de consumo, a América Latina começou a importação de bens de capital no início de 1950. Os últimos eram mais caros do que os anteriores. Além disso, a maioria das novas indústrias foi criada por empresas multinacionais em busca de mercados locais na América Latina. Como resultado, no início da década de 1960, após uma década de industrialização por substituição de importações, déficits no balanço de pagamentos, déficits comerciais, o aumento da população marginalizada e a inflação continuaram a afetar a região.

Em segundo lugar, a Revolução Cubana transformou o imaginário político de muitos latino-americanos. Os partidos comunistas já vinham argumentando há anos que o caráter “feudal” da América Latina exigia uma revolução capitalista sob a liderança da burguesia local. Seguindo essa lógica, os partidos comunistas apoiaram regimes populistas como o de Getúlio Dornelles Vargas no Brasil e ditadores como Fulgencio Batista e Anastasio Somoza. Castro ignorou os dogmas comunistas ortodoxos. Ainda que existam divergências sobre como podemos conceituar a revolução cubana na atualidade, devemos ter em mente que, no momento da sua instauração, ela foi considerada uma revolução socialista. Para muitos, Cuba era a prova viva da possibilidade de um caminho alternativo de desenvolvimento “fora do sistema capitalista mundial”. Isso proporcionou a base política para questionamentos sobre a caracterização da região como “feudal” que era feita pelos partidos comunistas. Com isso, o novo movimento esquerdista afirmou que a prioridade da América Latina não deveria ser de desenvolver o capitalismo em aliança com a “burguesia nacional”, como os partidos comunistas tinham alegado anteriormente, mas sim começar imediatamente lutas armadas rumo à revolução socialista. Assim, movimentos de guerrilha proliferaram por toda a região, na tentativa de repetir a experiência cubana.

Em terceiro lugar, devido aos golpes militares na região, uma jovem geração de intelectuais de esquerda foi exilada em Santiago, onde eles trabalharam na CEPAL e em universidades chilenas. Esta geração, crítica da versão ortodoxa do marxismo dos partidos comunistas e influenciada pelas novas idéias de esquerda inspiradas pela Revolução Cubana,

contribuíram para uma revisão crítica da doutrina da CEPAL. Essa geração de intelectuais passou a ser conhecida mundialmente como a Escola da dependência.

A Escola da dependência travou uma luta política e teórica em três frentes: contra a ideologia neodesenvolvimentista da CEPAL, contra o marxismo ortodoxo dos partidos comunistas latino-americanos, e contra a teoria da modernização dos acadêmicos norte-americanos. Embora essas três tradições fossem diversas, elas compartilhavam uma visão dualista dos processos sociais. Assim, o problema das sociedades latino-americanas foi entendido como sendo entre estruturas arcaicas, tradicionais e/ou feudais que precisavam ser superadas, a fim delas se tornarem mais avançadas, modernas e capitalistas. Este "distanciamento temporal" reproduziu a feudalmanía eurocêntrica do século XIX. A América Latina era percebida como estando "atrasada" em relação aos Estados Unidos e Europa, devido às suas estruturas "arcaicas".

Em contraste com os cepalistas, os dependentistas criticaram o modelo de industrialização por substituição de importação e o papel da burguesia "nacional". Antes de 1950, os movimentos anti-imperialistas latino-americanos lutaram pela industrialização da região como uma solução à chamada "subordinação aos centros capitalistas". A aliança imperialista entre capital estrangeiro e a oligarquia latifundiária local, era um obstáculo para a industrialização da América Latina. O papel secundário atribuído à América Latina na divisão internacional do trabalho foi o de exportar produtos primários para os centros. No entanto, a partir de 1950, com a proliferação de multinacionais e uma "nova divisão internacional do trabalho", a industrialização na produção de bens para os mercados internos da América Latina não estava em contradição com o interesse do capital internacional. As tarifas protecionistas da estratégia de industrialização por substituição de importações e a busca por menores custos de mão de obra aumentou os investimentos industriais estrangeiros na periferia latino-americana.

Assim, a natureza da dependência não era mais uma dependência industrial, mas uma dependência tecnológica. Os problemas com a balança de pagamentos que a industrialização por substituição de importação tentou resolver foram agravados drasticamente devido à dependência tecnológica dos centros. Ao invés de importar bens de consumo, os latino-americanos foram forçados a importar máquinas, novas tecnologias, patentes e licenças pelas quais eles precisavam pagar ainda mais. A burguesia "nacional" tornou-se associada com empresas multinacionais. Elas eram dependentes de capitalistas estrangeiros em termos de

tecnologia, maquinário e finanças. Assim, de acordo com os dependentistas, a burguesia "nacional" não representa um aliado progressista ou confiável para dismantelar as estruturas do sistema capitalista mundial que reproduzem o "subdesenvolvimento" na periferia.

Os dependentistas desafiaram a descrição que os partidos comunistas ortodoxos faziam da América Latina como feudal. De acordo com o dogma marxista ortodoxo, todas as sociedades tinham que passar por estágios sucessivos fixos para alcançar o socialismo. Seguiu-se que a América Latina, na medida em que ainda não era capitalista, teve que, primeiramente, atingir o estágio de desenvolvimento capitalista. Poderia fazê-lo através de uma aliança das classes trabalhadoras, com a "burguesia nacional", a fim de erradicar o feudalismo e criar as condições para o capitalismo, após a qual a luta pelo socialismo poderia começar. Esta teoria assume uma estrutura de tempo/espaço eterno generalizando os estágios pretendidos de desenvolvimento nacional dos países da Europa com o resto do mundo. Ao invés de estimular o capitalismo, os estudiosos de dependência prescreviam uma transformação radical e imediata das estruturas sociais em direção ao socialismo. De acordo com as suas análises, se o subdesenvolvimento da região devia-se ao sistema capitalista, mais capitalismo não seria uma solução. A solução seria então eliminar o capitalismo através de uma revolução socialista.

Os dependentistas também criticaram as teorias da modernização. Embora este não seja o lugar para uma exposição detalhada da abordagem de modernização para o desenvolvimento, é importante introduzir alguns dos seus autores mais influentes. Teóricos da modernização, como Bert F. Hoselitz (1960) e Walt W. Rostow (1960) assumiram a negação da coetaneidade eurocêntrica. Eles dividiram as sociedades em setores modernos e tradicionais. Hoselitz, usando as variáveis do padrão parsoniano, desenvolveu um esquema classificatório para definir cada setor. Nas sociedades modernas, as relações tendem a ser universalistas, funcionalmente específicas, e as pessoas são avaliadas por suas realizações. Nas sociedades tradicionais, as relações são particularistas, funcionalmente difusas, e as pessoas são avaliadas pelo status atribuído. Assim, o desenvolvimento consiste na mudança de valores culturais dos últimos (modernos) em relação aos primeiros (tradicionais).

No esquema de Rostow, o desenvolvimento é um processo de cinco estágios da tradicional para a sociedade moderna. Usando a metáfora de um avião, os estágios de Rostow são os seguintes: estacionário (sociedade tradicional), pré-condições para a decolagem, decolagem, engrenagem para maturidade, e sociedade de alto consumo de massa (sociedade

moderna). Em termos de nossa temática, Rostow e Hoselitz universalizaram o que eles consideravam ser as características culturais e os estágios mais avançados de desenvolvimento dos Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Assim, semelhante ao modo ortodoxo da teoria dos partidos comunistas de produção, os teóricos da modernização assumiram uma noção de tempo/espaço que era eterno/universal e através da qual todas as sociedades deveriam passar. Além disso, eles assumiram a superioridade do "Ocidente", criando um distanciamento de tempo/espaço entre as sociedades modernas "avançadas" e as sociedades tradicionais "atrasadas".

A luta entre a modernização e as teorias dependentistas foi uma luta entre dois locais geoculturais. O "locus de enunciação" (MIGNOLO, 1995) dos teóricos da modernização foi a América do Norte. A Guerra Fria foi uma parte constitutiva da formação da teoria da modernização. A tendência a-histórica da teoria foi uma tentativa de produzir uma teoria universal da experiência e uma ideologia do núcleo da economia mundial. Por outro lado, os dependentistas desenvolveram uma teoria dos loci de enunciação da periferia da América Latina. A tentativa não foi uma universalização, mas produzir uma teoria particular para esta região do mundo.

Cinco importantes autores dependentistas desenvolveram uma extensa e detalhada crítica à teoria da modernização, ou seja, Fernando Henrique Cardoso (1964, cap. 2.), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969, p. 11-17), André Gunder Frank (1969, parte 2) Aníbal Quijano (1977) e Theotonio Dos Santos (1970). Esses intelectuais levantaram as seguintes críticas à teoria da modernização:

1. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são produzidos pelas relações centro-periferia do sistema-mundo capitalista. Os dependentistas sustentaram que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento foram constituídos mutuamente através de um processo relacional. Isto é contrário à conceituação das teorias da modernização de cada país como uma unidade autônoma que se desenvolve através de estágios.

2. A dicotomia moderno-tradicional é abstrata, formal e a-histórica. Esta dicotomia da teoria da modernização não caracteriza corretamente nem explica adequadamente os processos sociais subjacentes ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento. A oposição moderno-tradicional refere-se a categorias descritivas (cultural ou econômico) a nível nacional, que obscurece estruturas de dominação e exploração a nível mundial.

3. A penetração estrangeira, difusão e aculturação dos valores modernos, técnicas e idéias dos centros para a periferia não produz necessariamente o desenvolvimento. Na maioria dos casos, este processo contribui para a subordinação dos países subdesenvolvidos aos centros.

4. Os dependentistas consideram incorreto o pressuposto de que o desenvolvimento equivale a uma passagem através das mesmas "etapas" das chamadas "sociedades avançadas". Desde que o tempo histórico não é, como as teorias da modernização pressupõem, cronológica e unilinear, a experiência das sociedades metropolitanas não podem ser repetidas. O subdesenvolvimento é uma experiência específica que precisa ser analisada como um processo histórico e estrutural. Desenvolvimento e subdesenvolvimento coexistem simultaneamente no tempo histórico. A coetaneidade de ambos os processos é abertamente reconhecida.

5. A dependência é uma abordagem que tenta explicar por que os países latino-americanos não se desenvolveram de forma semelhante ao centro. A dependência é entendida como uma relação de subordinação no sistema capitalista internacional, e não como resultado de estruturas arcaicas, tradicionais ou feudais. O último é um resultado das estruturas modernas e capitalistas. Assim, o subdesenvolvimento envolve uma inter-relação de elementos "externos" e "internos".

6. A abordagem correta para explicar o subdesenvolvimento da América Latina não é o método estrutural-funcionalista, mas a metodologia histórico-estrutural.

Os escritores da dependência basicamente concordaram sobre esses pontos. Todos eles criticaram a estrutura tempo/espaço universalista e eterna das teorias da modernização. As questões interessantes para o nosso tema são: Será que os dependentistas rompem completamente com as premissas eurocêntricas de distanciamento do tempo e de negação da coetaneidade pressupostas pela modernização e pelas teorias das formas de produção? Eles superam satisfatoriamente o desenvolvimentismo como um geocultura do sistema mundial?

Um dos principais pontos fracos da abordagem dependentista foi que a sua solução para eliminar a dependência ainda estava presa nas categorias de ideologia desenvolvimentista. Os limites das perguntas que eram feitas limitavam as respostas que poderiam ser encontradas. As questões de dependência ficaram presas na problemática da modernidade: Quais são os obstáculos para o desenvolvimento nacional? Como alcançar o

desenvolvimento nacional autônomo? Assim, a dependência assumiu a ideia modernista de que o progresso era possível através de uma organização racional da sociedade, onde cada Estado-nação poderia alcançar um desenvolvimento nacional autônomo através do controle consciente, soberano e livre do seu destino.

A principal diferença entre as ideias desenvolvimentistas dos cepalistas e dos dependentistas era que, para os primeiros, o desenvolvimento autônomo nacional poderia ser alcançado dentro do capitalismo, enquanto que para os últimos, ele não poderia ser alcançado sob o sistema-mundo capitalista. O estabelecimento do socialismo em cada Estado-nação foi a prescrição dependentista para a organização racional do desenvolvimento nacional autônomo. A burguesia "nacional", aliada aos interesses do capital estrangeiro, representou uma força reacionária, ao contrário das classes exploradas, o que supostamente conduziu à luta revolucionária pelo socialismo. A Revolução Cubana tornou-se o mito do desenvolvimento nacional socialista. Assim, para o dependentistas, o principal obstáculo ao desenvolvimento nacional autônomo era o sistema capitalista e a solução era desvincular e construir o socialismo no nível do Estado-nação.

Esta posição é resumida pela radical dependentista brasileira Vania Bambirra. Aqui, Bambirra responde à crítica cepalista de Octavio Rodriguez da negação do desenvolvimento nacional autônomo sob o capitalismo pelos dependentistas:

Nenhum dos autores [dependentistas] "analisados" por Rodriguez nega a possibilidade de desenvolvimento nacional autônomo, uma vez que isso seria um absurdo. No entanto, eles demonstram que o desenvolvimento nacional autônomo não pode ser conduzido pela burguesia dependente.

Isso os leva a uma conclusão lógica, implícita em alguns e explícita em outros: de que a necessidade histórica para o desenvolvimento das forças produtivas na América Latina será impulsionada por um sistema socioeconômico superior, isto é, o socialismo. (BAMBIRRA, 1978, 88)

A luta pelo socialismo em países como os da América Latina encontra-se no panorama da luta pelo desenvolvimento nacional autônomo que o capitalismo não pode alcançar. (p. 99)

As ideias de dependência devem ser entendidas como parte da *longue durée* das ideias de modernidade na América Latina. Desenvolvimento nacional autônomo tem sido um tema ideológico central do sistema-mundo moderno desde o século XVIII. Os dependentistas reproduziram a ilusão de que a organização e o desenvolvimento racional podem ser alcançados a partir do controle do Estado-nação. Isto contradiz a posição de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são o resultado de relações estruturais no sistema-

mundo capitalista. A mesma contradição é encontrada em André Gunder Frank. Embora Frank tenha definido o capitalismo como um único sistema mundial além do Estado-nação, ele ainda acreditava que era possível desvincular ou romper com o sistema mundial ao nível do Estado-nação (FRANK, 1970, p. 11, 104, 150; FRANK, 1969, cap. 25.). Isto implicava que um processo revolucionário a nível nacional poderia isolar o país do sistema global. No entanto, tal como conhecemos hoje, é impossível transformar um sistema que opera em escala mundial privilegiando o controle/administração do Estado-nação (WALLERSTEIN, 1992b). Nenhum controle "racional" do Estado-nação iria alterar a localização de um país na divisão internacional do trabalho. O planejamento "racional" e o controle do Estado-nação contribuíram para a ilusão desenvolvimentista da eliminação das desigualdades do sistema-mundo capitalista a partir de um nível do Estado-nação.

No sistema-mundo capitalista, um Estado-nação periférico pode passar por transformações em sua forma de incorporação à economia mundial capitalista, uma minoria das quais pode até se mover para uma posição semiperiférica. No entanto, romper com ou transformar todo o sistema a partir de um nível do Estado-nação está completamente fora de sua gama de possibilidades (WALLERSTEIN, 1992a, 1992b). Portanto, um problema global não pode ter uma solução nacional. Isto não é negar a importância de intervenções políticas ao nível do Estado-nação. O ponto aqui não é reificar o Estado-nação, mas compreender os limites das intervenções políticas a este nível para a transformação em longo prazo de um sistema que opera em escala mundial. O Estado-nação, embora seja uma instituição ainda muito importante do capitalismo histórico, é um espaço limitado para transformações políticas e sociais radicais.

Agências coletivas na periferia precisam de um escopo global, a fim de fazer uma intervenção política eficaz no sistema-mundo capitalista. Lutas sociais oriundas “abaixo” e “acima” do Estado-nação são espaços estratégicos de intervenção política que frequentemente são ignorados quando o foco dos movimentos privilegia o Estado-nação. As conexões locais e globais dos movimentos sociais são fundamentais para a intervenção política efetiva. Os dependentistas ignoraram isso, em parte devido à sua tendência para privilegiar o Estado-nação como unidade de análise. Isso teve consequências políticas terríveis para a esquerda latino-americana e para a credibilidade do projeto político dependentista. O fracasso político contribuiu para o desaparecimento da escola dependentista. O declínio desta escola permitiu o ressurgimento de velhas ideias desenvolvimentistas na região. Embora o problema descrito

tenha sido compartilhado pela maioria dos teóricos dependentistas, alguns dependentistas reproduziram novas versões da negação eurocêntrica da coetaneidade. A versão de Cardoso da teoria da dependência é um bom exemplo.

3 O Desenvolvimentismo de Cardoso

Juntos, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto desenvolveram uma tipologia para compreender as diversas situações nacionais de dependência. Eles fazem uma distinção analítica entre as relações de autonomia-dependência, as relações centro-periferia, e desenvolvimento-subdesenvolvimento (CARDOSO e FALETTTO, 1969, p. 24-25). Dependência refere-se às condições de existência e funcionamento dos sistemas econômicos e políticos a nível nacional e pode ser demonstrada pela exposição dos seus vínculos internos e externos. Periferia refere-se ao papel que as economias subdesenvolvidas jogam nos mercados internacionais, sem abordar os fatores sócio-políticos implicados nas situações de dependência. Subdesenvolvimento refere-se a um estágio de desenvolvimento do sistema produtivo (forças produtivas), e não ao controle externo (por exemplo, o colonialismo, a periferia do mercado mundial) ou interno (por exemplo, socialismo, capitalismo) das tomadas de decisões econômicas.

Assim, o continuum dependente-autônomo refere-se, principalmente, ao sistema político dentro do Estado-nação; o continuum centro-periferia aborda os papéis desempenhados no mercado internacional, e o continuum desenvolvimento-subdesenvolvimento se refere aos estágios de desenvolvimento do sistema econômico. Estas distinções analíticas permitiram que Cardoso declarasse que um Estado-nação pode desenvolver seu sistema econômico, até alcançar o seu limite de produção de bens de capital, apesar de que ele não tenha um controle autônomo em relação ao processo de tomada de decisão, isto é, enquanto seja dependente. Isto é o que Cardoso chama de "desenvolvimento dependente". O inverso também é possível, ou seja, Estados-nação que sejam autônomos e subdesenvolvidos. Esse esquema serve como base para a seguinte tipologia das sociedades nacionais:

1. Autônomas desenvolvidas (centros): Por exemplo, os Estados Unidos e a Europa Ocidental.

2. Dependentes desenvolvidas (periféricas): Por exemplo, Brasil e Argentina.
3. Autônomas Subdesenvolvidas (não-periféricas): Por exemplo, Argélia, Cuba e China.
4. Dependentes Subdesenvolvidas (periféricas): Por exemplo, a América Central, Caribe, Bolívia e Peru.

Os países que se encontram nos “níveis” 2 e 4 são periféricos porque eles ainda estão subordinados às economias centrais do sistema capitalista internacional. O mecanismo social para esta subordinação é o sistema interno de dominação ou as relações internas das forças que produzem dependência ao invés de autonomia no sistema político. Se, através de um processo reformista ou revolucionário, um país conseguir tomar decisões autônomas no nível do Estado-nação, então ele pode deixar de ser um país periférico na economia mundial capitalista, mesmo que ainda continue sendo uma economia de exportação agrícola. A diferença entre as sociedades dependentes é se elas são desenvolvidas (industrializadas) ou subdesenvolvidas (agrárias), e isto está relacionado com os processos internos ao Estado-nação em termos de quem controla as principais atividades produtivas (economias de enclave versus economias de população) e do “estágio de desenvolvimento” do sistema produtivo.

Os países enquadrados no nível 3 não são dependentes porque eles quebraram seus vínculos com um sistema interno particular de dominação através de um processo revolucionário que, de acordo com Cardoso, libertou-os de serem incorporados a um sistema imperialista de dominação. Embora eles ainda sejam economicamente subdesenvolvidos porque não são plenamente industrializados, eles gozam de poderem tomar decisões autônomas no seu sistema econômico. Assim, esses países não são considerados periféricos porque eles não estão politicamente dominados e nem economicamente subordinados pelos centros metropolitanos no mercado internacional. Para Cardoso, os Estados-nação podem alcançar a capacidade de tomarem decisões autônomas e uma posição não-periférica no sistema internacional, sem contudo alcançar o desenvolvimento (países do nível três). O inverso também é possível: Estados-nação podem ser dependentes, periféricos, e ainda alcançar o desenvolvimento (países do nível 2). Os Estados-nação do nível 1 são o “centro” porque eles estão no único grupo de países que tem um sistema econômico desenvolvido em conjunto com um sistema político autônomo. Isso permite que os centros tenham uma posição dominante e poderosa no mercado internacional.

Uma vez que todas as sociedades latino-americanas, com exceção de Cuba, estão classificadas nos níveis 2 e 4, o livro de Cardoso e Faletto concentra-se nas diferentes situações de dependência entre esses países. Eles desenvolveram uma outra tipologia para a bifurcação das trajetórias das sociedades dependentes entre aquelas que se industrializaram e aquelas que permaneceram produtoras primárias (agrícolas ou de mineração).

Economias de enclave são aquelas em que a produção para exportação é diretamente controlada pelo capital estrangeiro (dependência financeira), originárias da acumulação de capital externo. Economias de exportação nacional controladas são aquelas em que a produção para exportação foi controlada por capital "nacional" (dependência comercial), originando a acumulação de capital internamente. A *Nova dependência* é a forma de dependência surgida no pós-1950 e na qual as corporações multinacionais investem diretamente na industrialização da periferia, não para exportações, mas para conquistar o seu mercado interno (dependência financeira/industrial ou dependência tecnológica). Embora a acumulação de capital muitas vezes origine economias aparentemente semelhantes às economias de enclave, há uma grande diferença: a maior parte da produção industrial é vendida nos mercados internos. Estas diversas formas de dependência articulam-se com as fases "externas" do capitalismo nos centros, como o capitalismo competitivo, o capitalismo monopolista, o capitalismo industrial, ou capitalismo financeiro (CARDOSO, 1973, p. 96, 1985, p. 141-42).

As sociedades dependentes que se industrializaram foram aquelas com economias periféricas controladas nacionalmente. De acordo com Cardoso e Faletto, elas se industrializaram durante a depressão mundial dos anos 1930, quando uma aliança desenvolvimentista surgiu devido à crise da oligarquia agrária. Os capitalistas locais, espontaneamente, teriam então desenvolvido um programa de industrialização por substituição de importações. No entanto, após 1950, uma vez que os centros se recuperaram da crise mundial, esses mesmos países foram dominados pelo capital multinacional. Estes últimos países estabeleceram alianças estre as forças do Estado e facções de capitalistas locais para controlar os mercados internos da América Latina. De acordo com Cardoso, apenas nesta fase é possível falar de um modo capitalista internacional de produção, já que antes desta fase o que teria existido tinha sido apenas um mercado capitalista internacional (CARDOSO, 1985, p. 209). As diversas formas de dependência (enclave, economias de exportação controladas a nível nacional, nova dependência) não são etapas, mas caracterizações de

formações sociais nacionais (p. 147). Às vezes, estas três formas podem coexistir com uma articulação hierárquica dentro de um Estado-nação, ou seja, uma forma domina e subordina as outras.

Para Cardoso, são os processos internos do Estado-nação e não a sua localização cultural/estrutural na divisão internacional do trabalho que determina se um país é periférico, dependente e subdesenvolvido. As proposições de que um processo autônomo de tomada de decisão ao nível do Estado-nação seja possível de ser alcançado por todos os países, que a dependência é principalmente uma relação interna de forças em favor de atores estrangeiros, e que o subdesenvolvimento é um estágio retrógrado do sistema produtivo, conduzem a teoria de Cardoso aos recintos desenvolvimentistas. Na visão de Cardoso, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são definidos em termos de tecnologia avançada ou retrógrada no sistema produtivo dentro de um Estado-nação. Padrões europeus e norte-americanos de industrialização são os que servem como parâmetros para o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. As deficiências do desenvolvimento capitalista e a presença de formas pré-capitalistas de produção dentro dos limites do Estado-nação é o que impede as sociedades latino-americanas de concluírem a reprodução ampliada do capital (CARDOSO, 1985, p. 50). Essas deficiências contribuem para uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho. Assim, a explicação está centrada nas dinâmicas políticas internas de cada Estado-nação, e não no sistema capitalista global/internacional.

Assim, para Cardoso existem três maneiras de alcançar o desenvolvimento para as sociedades dependentes. O primeiro caminho para o desenvolvimento é quando um Estado-nação dependente atinge um processo de tomada de decisão autônoma e reorganiza a economia de uma forma não-periférica. Isso poderia ser feito através de uma revolução ou uma reforma política que transforme a relação interna de forças, criando as possibilidades para o avanço dos estágios de desenvolvimento. O segundo caminho é quando economias dependentes (controladas e nacionalmente orientadas para a exportação) geram uma acumulação de capital interno que lhes permitem alcançar o patamar de “industrializadas”. Embora elas possam experimentar a dependência do comércio, ainda há algum processo de acumulação capitalista "nacional" que fomenta e nutre a industrialização.

O terceiro caminho de desenvolvimento é quando um país que é dependente (que não é autônomo nos processos de tomada de decisão internos do Estado-nação) e periférico (economicamente subordinado no mercado internacional) alcança desenvolvimento pela

expansão industrial e pelos investimentos de corporações multinacionais. Este novo caráter da dependência vem através do controle e criação de novas tecnologias por parte das empresas multinacionais, o que lhes assegura um papel-chave no sistema global de acumulação capitalista (CARDOSO, 1973, p. 117; 1985, p. 210-11). Deste modo, para Cardoso, a industrialização periférica depende dos centros de novas tecnologias e de maquinários avançados. No entanto, na sua opinião, esse novo caráter da dependência é equivalente ao desenvolvimento, pois contribui para a expansão do capitalismo industrial (ou seja, o crescimento das relações de trabalho assalariado e o desenvolvimento das forças produtivas).

Na visão de Cardoso, as desigualdades e o “subdesenvolvimento” do processo produtivo a nível nacional nutrem as desigualdades e a dependência a nível internacional. O mercado mundial capitalista é conceituado como uma estrutura internacional desigual (várias formações sociais nacionais) de nações dominantes e nações subordinadas, no qual o capital dos centros penetra nas sociedades dependentes. Assim, embora para Cardoso o capitalismo tenha leis de movimento que permanecem constantes no centro e na periferia, um único sistema social capitalista, no qual cada país forma uma parte integrante, não existe. Para ele, existem tantos sistemas capitalistas (ou formações sociais capitalistas) quanto Estados-nação no mundo. Nessa visão, o comércio e os investimentos de capital entre as diferentes nações e corporações com níveis desiguais de desenvolvimento capitalista são responsáveis por um desproporcional mercado capitalista "inter-nacional".

Para Cardoso, o objetivo principal é alcançar o desenvolvimento, ou seja, se industrializar. A proposta de Cardoso de estágios de desenvolvimento das forças produtivas assume uma negação da coetaneidade. Na sua visão, existem estágios avançados e atrasados de desenvolvimento interno a cada Estado-nação e isso está relacionado às premissas eurocêntricas nas quais os modelos de sociedades ditas como “avançadas” são os Estados Unidos e a Europa, enquanto o resto do mundo é concebido como "atrasado". Cardoso substituiu o antigo estagismo de modernização e método de teoria da produção por uma nova forma de negação da coetaneidade, forma esta que é baseada na tecnologia utilizada pelo sistema produtivo dentro de um Estado-nação.

4 A subestimação da Cultura pelos dependentistas

Os dependentistas desenvolveram uma abordagem de economia política neomarxista. A maioria das análises dependentistas privilegiaram os aspectos econômicos e políticos dos processos sociais em detrimento das determinações culturais e ideológicas. A cultura foi entendida como algo instrumental para os processos de acumulação capitalista. Em muitos aspectos, os dependentistas reproduziram algumas percepções do reducionismo econômico que havia sido criticado nas abordagens marxistas ortodoxas. Isso levou a dois problemas: primeiro, uma subestimação das hierarquias coloniais/raciais na América Latina e, segundo, um empobrecimento analítico das complexidades dos processos político-econômicos.

Para a maioria dos dependentistas, a "economia" era a esfera privilegiada da análise social. Categorias como "gênero" e "raça" foram frequentemente ignoradas e, quando usadas, elas foram reduzidas a classe ou a uma lógica econômica. Aníbal Quijano é uma das poucas exceções a esta regra. Ele desenvolveu o conceito de "colonialidade do poder" para entender as atuais hierarquias raciais na América Latina. De acordo com Quijano, a classificação social dos povos da América Latina foi hegemonizada por elites crioulas brancas ao longo de um processo histórico de dominação colonial/racial. Categorias da modernidade, tais como cidadania, democracia e identidade nacional foram construídas historicamente através de duas divisões axiais: (1) entre o trabalho e o capital, (2) entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 1993), e eu irei acrescentar mais uma: (3) entre homens e mulheres.

Elites brancas masculinas hegemonizaram essas divisões axiais. De acordo com o conceito de colonialidade do poder desenvolvido por Quijano, mesmo após a independência, quando o controle formal jurídico/militar do Estado passou do poder imperial para o novo Estado independente, elites brancas crioulas continuaram a controlar o desenvolvimento das estruturas econômicas, culturais e políticas da sociedade (QUIJANO, 1993). Esta continuidade das relações de poder dos tempos coloniais para os tempos pós-coloniais permitiu às elites brancas classificar as populações e excluir as pessoas de cor a partir das categorias de cidadania plena na comunidade imaginada chamada "nação". Os direitos civis, políticos e sociais que a cidadania fornecia para os membros da "nação" nunca foram totalmente estendidos para as questões coloniais, que envolviam grupos tais como índios, negros, cafuzos e mulatos. Grupos "internamente coloniais" mantiveram-se como "cidadãos de segunda categoria", nunca tendo pleno acesso aos direitos dos cidadãos. Colonialidade é uma relação sociocultural entre europeus e não-europeus que é constantemente reproduzida

desde que as estruturas de poder são dominadas pelas elites brancas crioulas e a construção cultural dos povos não-europeus como "outros inferiores" continua até hoje.

O que está implícito na noção de colonialidade do poder é que o mundo não está totalmente descolonizado. A primeira descolonização foi incompleta. Ela limitou-se à "independência" jurídico-política dos Estados europeus imperiais. A "segunda descolonização" terá que enfrentar as hierarquias raciais, étnicas, sexuais, de gênero e econômicas que a primeira "descolonização" não foi capaz de sanar. Como resultado, o mundo precisa de uma "segunda descolonização", diferente e mais radical do que a primeira.

Muitos projetos de esquerda na América Latina acompanharam a subestimação das hierarquias raciais/étnicas que a teoria dependentista havia reproduzido, dentro de suas organizações e ao controlar o poder do Estado, dominação branca crioula sobre os povos não-europeus. A América Latina de "esquerda" nunca problematizou radicalmente as hierarquias raciais/étnicas construídas durante a expansão colonial europeia e ainda presente no colonialidade do poder da América Latina. Por exemplo, os conflitos entre os sandinistas e os *misquitos* na Nicarágua surgiram como parte da reprodução das velhas hierarquias raciais/coloniais (VILA, 1992).

Este não foi um conflito criado pela CIA, como os sandinistas se esforçaram para retratá-lo. Os sandinistas reproduziram a colonialidade histórica de poder entre a costa do Pacífico e da costa atlântica da Nicarágua. As elites crioulas brancas na costa do Pacífico hegemonizaram as relações políticas, culturais e econômicas que subordinavam os negros e índios na costa atlântica. As diferenças entre a ditadura Somocista e o regime sandinista não eram tão grandes quando se trata de relações sociais com outros coloniais/raciais. Da mesma forma, as elites brancas cubanas hegemonizaram as posições de poder no período pós-revolucionário (MOORE, 1988). As continuidades históricas da colonialidade do poder em Cuba também são maiores do que as discontinuidades. O número de negros e mulatos em posições de poder é mínimo e não corresponde à realidade demográfica que lhes confere a maioria numérica. A velha hierarquia racial/étnica em Cuba não foi significativamente transformada durante o regime de Castro. Os afro-cubanos são continuamente assediados em espaços públicos, estereotipados (com calúnias raciais, como "criminosos" e "preguiçosos"), e marginalizados a partir de posições de poder.

Nenhum projeto radical na América Latina pode ser bem sucedido sem desmontar essas hierarquias coloniais/ raciais. Isso afeta não só o âmbito de “processos revolucionários”, mas também a democratização das hierarquias sociais. A subestimação dos problemas da colonialidade tem sido um fator importante que contribuiu para a desilusão popular com projetos de “esquerda” na América Latina. A negação da coetaneidade nos discursos de dependência desenvolvimentistas reforçam a colonialidade do poder dentro do Estado-nação, ao privilegiar elites crioulas brancas, em nome do progresso técnico e do “conhecimento superior”. Regiões pobres e marginalizadas dentro do Estado-nação, onde negros, mulatos e populações indígenas frequentemente vivem, são retratadas pelos regimes de esquerda como “atrasadas” e “subdesenvolvidas”, devido à “preguiça” e a “maus hábitos” dos habitantes dessas regiões. Assim, a colonialidade se refere às continuidades de longo prazo das hierarquias raciais da época do colonialismo europeu para a formação dos Estados-nação nas Américas. Quando se trata da colonialidade do poder na América Latina, a diferença entre os regimes de esquerda e de direita não é tão grande. Hoje, há uma colonialidade do poder em toda a América Latina, mesmo quando as administrações coloniais desapareceram.

O segundo problema com a subestimação dependentista das dinâmicas culturais e ideológicas é que isso empobreceu a sua própria abordagem acerca da economia política. As estratégias ideológicas/simbólicas, bem como as formas eurocêntricas de conhecimento, são constitutivas da economia política do sistema-mundo capitalista. Estratégias simbólicas/ideológicas globais são um importante lógica estruturante do âmago das relações centro-periferia no sistema mundial capitalista. Por exemplo, estados centrais desenvolvem estratégias ideológicas/simbólicas, promovendo “ocidentalistas” (MIGNOLO, 1995) de conhecimento que privilegiavam o “Ocidente sobre o resto (do mundo)”. Isso é claramente visto nos discursos desenvolvimentistas, que se tornaram uma forma “científica” de conhecimento em nos últimos cinquenta anos. Este conhecimento privilegiou o “Ocidente” como o modelo de desenvolvimento. O discurso desenvolvimentista oferece uma receita sobre como tornar-se igual ao “Ocidente”.

Embora os dependentistas lutassem contra estas formas universalistas/ocidentalistas de conhecimento, eles percebiam esse conhecimento como uma superestrutura ou um epifenômeno de uma infraestrutura econômica. Os dependentistas nunca perceberam este conhecimento como constitutivo da economia política da América Latina. A construção de zonas periféricas, tais como a África e a América Latina como regiões com “problemas” em

relação às suas fases de desenvolvimento ocultaram a responsabilidade europeia e euro-americana na exploração destes continentes. A construção de regiões “patológicas” na periferia, ao contrário dos padrões do desenvolvimento normal do “Ocidente”, justificava uma intervenção política e econômica ainda mais intensa dos poderes imperiais. Ao tratar o outro como subdesenvolvido e retrógrado, a exploração e a dominação metropolitana era justificada em nome da missão civilizadora.

Além disso, o estado imperial Euro-americano desenvolveu estratégias simbólicas/ideológicas para mostrar uma região periférica ou de um grupo étnico, como oposto a um desafiante país periférico ou grupo étnico. Estas estratégias são materiais e constitutivas dos processos político-econômicos globais. Eles são economicamente expansivos porque implicam o investimento de capital nas formas não-lucrativas como créditos, auxílios e programas de assistência. No entanto, os lucros simbólicos poderiam se traduzir em lucros econômicos em longo prazo.

Como explicar o chamado milagre do Sudeste Asiático sem uma compreensão das estratégias ideológicas/culturais globais? Desde a década de 1950, os Estados Unidos colocaram em lados opostos vários países periféricos, em diferentes regiões do mundo, onde os regimes comunistas representavam um desafio, como a Grécia diante da Europa Oriental, Taiwan diante da China, a Coreia do Sul frente à Coreia do Norte, na década de 1960, a Nigéria frente à Tanzânia, Puerto Rico diante de Cuba, na década de 1980, Jamaica frente à Granada, Costa Rica frente à Nicarágua. Outros casos emblemáticos da região incluem o Brasil na década de 1960 (o chamado milagre brasileiro) e, mais recentemente, México e Chile na década de 1990 como vitrines neoliberais da época pós-guerra Fria. Comparado a outros países, todos estes “casos de sucesso” receberam desproporcionalmente grandes somas de ajuda externa dos EUA e condições favoráveis para o crescimento econômico, como condições flexíveis para pagar suas dívidas, acordos tarifários especiais que fizeram mercadorias produzidas nessas áreas acessíveis para os mercados metropolitanos, e/ou transferências tecnológicas.

A maior parte destes “casos de sucesso” durou vários anos, tendo posteriormente falhado. No entanto, eles foram fundamentais para produzir uma hegemonia ideológica sobre os povos do Terceiro Mundo, em favor dos programas desenvolvimentistas pró-EUA. A ideologia desenvolvimentista é um elemento constitutivo fundamental na hegemonia do “Ocidente.” O sistema-mundo capitalista ganha credibilidade através do desenvolvimento de

alguns casos de sucesso semiperiféricos. Estas são estratégias civilizacionais e culturais para ganhar consentimento e demonstrar a "superioridade" do "Ocidente".

Seria extremamente difícil de responder às seguintes perguntas sem uma compreensão das estratégias simbólicas/ideológicas globais: Por que as autoridades dos EUA em Taiwan e na Coreia do Sul implementam, financiam, apoiam e organizam uma reforma agrária radical no início de 1950, enquanto que, na Guatemala, uma reforma agrária bem mais amena apresentada pelo governo de Arbenz durante os mesmos anos se deparou com um golpe de Estado apoiado pela CIA? Por que o governo dos EUA apoia uma reforma agrária em Porto Rico que obrigou as empresas americanas a vender todos os terrenos acima de quinhentos hectares (DIETZ, 1986)? Por que o governo dos EUA se dispôs a sacrificar seus interesses corporativos econômicos em Taiwan, na Coreia do Sul, e em Porto Rico, mas não os seus interesses econômicos no Chile ou na Guatemala? Por que a industrialização de substituição de importações no Japão, em Taiwan e na Coreia do Sul não conduziu a déficits na balança de pagamentos, como ocorreu na América Latina? Uma abordagem econômica reducionista em relação à economia política simplesmente não pode responder a estas perguntas. A análise dependentista, por não levar em consideração as estratégias simbólicas/ideológicas, empobreceu a abordagem da economia política.

Conclusão

O desenvolvimentismo, a negação da coetaneidade, e a ocultação da colonialidade do poder na América Latina são três limitações conceituais da escola dependentista que foram abordadas neste artigo. Estes três processos conceituais são historicamente inter-relacionadas na geocultura do sistema-mundo capitalista. A construção do “outro” como habitando um espaço distante e um tempo passado surgiu simultaneamente com a formação de um “sistema-mundo moderno/colonial e capitalista” (MIGNOLO, 2000), com suas hierarquias coloniais/raciais. Isso criou as condições históricas que possibilitaram o surgimento do desenvolvimentismo, que propôs que a solução para o “atraso” seria buscar se “desenvolver”, no intuito de conseguir acompanhar o ritmo do Ocidente.

Os dependentistas fazem parte da *longue durée* da ideologia da modernidade na América Latina. Um dos principais argumentos deste artigo é que os dependentistas foram

apanhados nas premissas desenvolvimentistas que eram semelhantes às correntes intelectuais que eles tentavam criticar. Privilegiando o desenvolvimento nacional e o controle do Estado-nação, eles reproduziram a ilusão de que o desenvolvimento ocorre por meio de uma organização racional e do planejamento no nível do Estado-nação. Esta ênfase contribuiu para negligenciar intervenções políticas alternativas, mais estratégicas e antissistêmicas que contemplassem percepções que estivessem “abaixo” (nos níveis locais) e “acima” (no nível global) do Estado-nação. Além disso, os dependentistas subestimaram a colonialidade do poder na América Latina. Isto obscureceu a existência permanente de hierarquias raciais/étnicas na região. As relações de poder na região são constituídas por hierarquias raciais/étnicas que têm uma longa história colonial. Os movimentos esquerdistas influenciados pelo paradigma dependentista reproduziram a dominação branca e crioula quando alcançaram o controle do Estado-nação. Assim, não é possível haver nenhum projeto radical na região sem descolonizar as relações de poder.

Finalmente, os pressupostos desenvolvimentistas e a subestimação da colonialidade do poder, juntamente com a produção de novas formas de negação da coetaneidade, levaram alguns dependentistas como Fernando Henrique Cardoso a pressupostos eurocêntricos sobre progresso técnico e desenvolvimento. Isso contribuiu para uma compreensão da atual cumplicidade de muitos antigos dependentistas com os recentes projetos globais e neoliberais dominantes na região.

Referências Bibliográficas

BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia: Una anticrítica*. Mexico City: Serie Popular Era. 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial y desenvolvimiento econômico no Brazil*. São Paulo: Difusao Européia do Livro. 1964

_____. “Notas sobre el estado actual de los estudios de la dependencia.” In *Problemas del subdesarrollo latinoamericano*, edited by Sergio Bagú. Mexico City: Editorial Nuestro Tiempo. 1973.

_____. *Estado y sociedad en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique, and FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina* (Mexico City: Siglo XXI). 1969. Published in English as *Dependency and Development in Latin America* (Berkeley: University of California Press, 1979).

CHIARAMONTE, José Carlos. *Nacionalismo y liberalismo económicos en Argentina, 1860–1880*. Buenos Aires: Ediciones Solar. 1971.

DIETZ, James. *Economic History of Puerto Rico*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1986.

DOS SANTOS, Theotonio. “La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina.” In *La dependencia política-económica de América Latina*, edited by Helio Jaguaribe. Mexico City: Siglo XXI. 1970.

FABIAN, Johannes. *Time and the Other*. New York: Columbia University Press. 1983.

FRANK, André Gunder. *Latin America: Underdevelopment or Revolution*. New York: Monthly Review Press. 1969.

_____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Mexico City, Mexico: Siglo XXI. 1970.

GROSGOUEL, Ramón. “A TimeSpace Perspective on Development: Recasting Latin American Debates.” *Review* 20, 1997. p. 465–540.

HOSELITZ, Bert F. *Sociological Factors in Economic Development*. Glencoe, U.K.: Free Press. 1960.

MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of the Renaissance*. Ann Arbor: University of Michigan Press. 1995.

_____. *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2000.

MOORE, Carlos. *Castro, the Blacks, and Africa*. Los Angeles: Center for Afro American Studies at the University of California. 1988.

POTASCH, Robert A. *El Banco de Avío de México, 1821–1846*. Mexico City: Fondo de Cultura Económica. 1959.

QUIJANO, Aníbal. “Notas sobre el concepto de ‘marginalidad social.’ ” In *Imperialismo y “Marginalidad” en América Latina*, edited by Aníbal Quijano. Lima: Mosca Azul Editores. 1977.

_____. *Introducción a Mariátegui*. Mexico City: Siglo XXI. 1981.

_____. “América Latina en la economía mundial.” *Problemas del desarrollo*, 24, 1993. p. 5-18.

ROSTOW, Walt W. *The Stages of Economic Development: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press. 1960.

VANDEN, H. E. *National Marxism in Latin America: José Carlos Mariátegui, Thought and Politics*. Boulder, CO: Lynne Rienner. 1986.

VILA, Carlos M. *Estado, clase y etnicidad: La costa atlántica de Nicaragua*. Mexico City: Fondo de Cultura Económica. 1992.

VILLEGAS, Abelardo. “Panorama de los procesos de cambio: Revolución, reformismo, y lucha de clases.” In *América Latina en sus ideas*, edited by Leopoldo Zea. Mexico City: UNESCO and Siglo XXI. 1986.

REALIS

Revista de Estudos
AntiUtilitaristas e PosColoniais

Vol.3, nº 02, jul-dez 2013 www.revista-realis.org ISSN 2179-7501

WALLERSTEIN, Immanuel. "The Concept of National Development, 1917–1989: Elegy and Requiem." *American Behavioral Scientist* 35, 1992a, p. 517–29.

_____. "The Collapse of Liberalism." In *The Socialist Register 1991*, edited by Ralph Miliband and Leo Panitch. London: Merlin. 1992b.

ZEA, Leopoldo. Introduction to *América Latina en sus ideas*, edited by Leopoldo Zea. Mexico City: Unesco and Siglo XXI. 1986.

Tradução – Recebida em: 15/11/2013. Aceita em: 04/12/2013.